



SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ: 45.083.219/0001-30

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS						DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO						DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA					
ATIVO	Controladora		Consolidado		P A S S I V O	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado			
	2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022	2023	2022
Circulante					Circulante												
Equivalentes de caixa	4	7	102	2.786	22.188	13	45	-	35.247	78.489							
Aplicações financeiras	4	17.805	1.657	265.115	180.215	14	-	-	76.985	73.259							
Contas a receber	5	-	-	137.722	155.186	15	183	9.934	35.827	41.543							
Estoques	6	-	-	34.152	57.350	15	-	-	9.222	7.450							
Impostos a recuperar	7	1.535	1.090	34.019	49.159	18	10.013	26.095	18.156	32.411							
Dividendo a receber	18	37.045	25.009	-	-	12	-	-	5.151	3.882							
Mútuos	18	-	-	17.709	699	17	40.404	30.473	97.289	88.559							
Despesas antecipadas	-	-	-	2.865	1.762	-	-	-	-	-							
Outras Contas a Receber	-	-	-	9.253	31.817	-	-	-	-	-							
	56.392	27.858	504.170	498.174													
Não Circulante					Não Circulante												
Contas a receber	5	-	-	169.000	172.292	13	-	-	131	131							
Precatórios a receber	8	-	-	79.847	83.366	14	-	-	572.217	640.172							
Depósitos judiciais	16	233	225	47.861	56.634	15	1.498	12.419	18.876	18.876							
Imóveis a comercializar	-	-	-	840	840	16	-	-	234	46.722	64.939						
Mútuos	18	34.347	22.087	-	-	12	-	-	8.857	8.009							
Despesas antecipadas	-	-	-	3.366	3.666	23	69.326	48.524	71.438	55.321							
Instrumentos financeiros	9	260.725	196.512	260.725	196.512	12	-	-	80.903	49.664							
Ativos fiscal diferido	23	38.565	39.065	115.491	113.816	17	-	-	290	25.543							
Outras Contas a Receber	-	-	-	39.177	45.591	-	-	-	-	-							
Investimentos	10	1.339.060	1.289.082	-	37	19	1.188.457	1.188.457	1.188.457	1.188.457							
Imobilizado	11	-	-	1.699.850	1.730.499		430.893	269.614	430.893	269.614							
Intangível	-	-	-	6.805	7.402		1.619.350	1.458.071	1.619.350	1.458.071							
	1.672.931	1.546.971	2.419.596	2.419.596	2.419.596												
Total do Ativo	1.729.323	1.574.829	2.923.766	2.908.771													

DEMONSTRAÇÕES DAS MUDAÇAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO													
Saldo em 31 de dezembro de 2021	Nota	Capital social		Reservas		Ajustes de avaliação		Lucros		Participação de não controladores		Total de patrimônio líquido	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Aumento de participação em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de ajuste de avaliação patrimonial	19.c	-	-	-	-	35.203	(35.203)	-	24.373	24.373	64.080	88.453	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	19.c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.188.457	42.911	226.703	-	-	-	-	1.458.071	1.458.071	256.452	1.174.523	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	19.c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.188.457	53.451	377.442	-	-	-	-	1.619.350	1.619.350	233.564	1.852.914	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jose Pereira Jorge, 178, Setor 27, Carandiru, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 1973. A Companhia é uma holding das empresas do Grupo Serveng composto pelas Serveng Civilis S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng), que tem como objeto construção civil, destacando-se a execução de obras de terraplanagem, pavimentação, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, canais, barragens, edificações, túneis, pontes, viadutos, armazéns e operação de embarcações destinadas à execução das obras, produção e comercialização de pedras britadas, massas assálticas e outros minerais; Serveng Energias Renováveis S.A. (Energia Renováveis), que tem como objeto comercialização de energia elétrica, bem como prestação de serviços em negócios de energia elétrica e apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; Eolicabras S.A. (Eolicabras) tem como o objeto fabricação de estruturas pré moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda; Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (Serveng DI), que tem o objeto de construção e incorporação empreendimentos imobiliários; Mineração Barueri Ltda., Mineração Jambro Ltda., Mineração Aparecida Ltda. todas no estado de São Paulo e Mineração São Luis Ltda. no estado do Maranhão, tendo os objetos extração e refino de minerais não metálicos. Tendo exclusivamente na sua finalidade de unificar a gestão das empresas em que participa e controla, além de consolidar e maximizar as operações. **2. Base de preparação:** **2.1. Declaração de conformidade:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos de orientação emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 15 de abril de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo de estimativa. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínuo, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a essas atividades são realizadas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: **• Nota 11** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; **• Nota 15** - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; **• Nota 24** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; **• Nota 12** - Provisão para desmobilização; **• Nota 16** - Provisão para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras no momento do tratamento probalístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **3. Principais práticas contábeis:** **3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original em até 12 meses de aquisição. A classificação de caixa e equivalentes de caixa é baseada no montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicações financeiras:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e está ajustada a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da prestação de serviço de engenharia e construção, subsequentemente, pelo custo pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a doze meses, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.5. Estoques:** Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são destinados à aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de mercado em caso de desativação. Os estoques são avaliados pelo menor valor de aquisição dos terrenos e outros custos diretamente relacionados aos projetos em construção. O custo de terrenos mantidos para desenvolvimento inclui o preço de aquisição. **3.7. Instrumentos financeiros:** **3.7.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja direta ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e têm a intenção de liquidar em uma base líquida e/ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos pelo valor justo de aquisição e incluem quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.7.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado são aproximado do valor justo. **3.8. Investimentos:** Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadram na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. **3.9. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizados são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas se provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. **3.10. Perda por redução ao recuperável (impairment) de ativos não financeiros:** A Companhia realizou uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor justo, deduzido dos custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo que exceder o seu valor recuperável, é constituído a provisão para a desvalorização ajustando o valor contábil ("impairment"). **3.11. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulante se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.12. Empréstimos e financiamentos:** São registrados pelos valores originais de captação e deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelo índiceadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.13. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judi-

ciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasionalmente uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e de 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro líquido tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas nas data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributável e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço contábil sob rubricas de ativos e passivos fiscais diferidos. A redução de impostos compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. **3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.16. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de custos de transação e do lucro líquido tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributável e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço contábil sob rubricas de ativos e passivos fiscais diferidos. A redução de impostos compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. **3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.16. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de custos de transação e do lucro líquido tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributável e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço contábil sob rubricas de ativos e passivos fiscais diferidos. A redução de impostos compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. **3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.16. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de custos de transação e do lucro líquido tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributável e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço contábil sob rubricas de ativos e passivos fiscais diferidos. A redução de impostos compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. **3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.16. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de custos de transação e do lucro líquido tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributável e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço contábil sob rubricas de ativos e passivos fiscais diferidos. A redução de impostos compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. **3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.16. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de custos de transação e do lucro líquido tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributável e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço contábil sob rubricas de ativos e passivos fiscais diferidos. A redução de impostos compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. **3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.16. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de custos de transação e do lucro líquido tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributável e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço contábil sob rubricas de ativos e passivos fiscais diferidos. A redução de impostos compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. **3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.16. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de custos de transação e do lucro líquido tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributável e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço contábil sob rubricas de ativos e passivos fiscais diferidos. A redução de impostos compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. **3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.16. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de custos de transação e do lucro líquido tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributável e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço contábil sob rubricas de ativos e passivos fiscais diferidos. A redução de impostos compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. **3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.16. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de custos de transação e do lucro líquido tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributável e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço contábil sob rubricas de ativos e passivos fiscais diferidos. A redução de impostos compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. **3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.16. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de custos de transação e do lucro líquido tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributável e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço contábil sob rubricas de ativos e passivos fiscais diferidos. A redução de impostos compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. **3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

de R\$402.800mil, na data de emissão. Os encargos incidentes a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "pro rata die", com o vencimento final em 15 de janeiro de 2.035. Os recursos obtidos foram usados para construção dos parques eólico e as instalações das Controladas junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital. Os contratos estão garantidos pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos. O contrato contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de índices financeiros (convenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) deve ser maior ou igual 1,3, de com os parâmetros preestabelecidos com base nas demonstrações financeiras das Controladas os índices foram atingidos em 31 de dezembro de 2023.

Vencimento no longo prazo	Consolidado
2025	75.447
2026	75.447
2027	75.447
2028	75.447
2029 em diante	270.429
	572.217

15. Obrigações tributárias:	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Parcelamento tributários (a)	-	11.432	18.724	34.452
ISS	-	-	1.189	325
COFINS	15	-	9.732	10.146
PIS	2	-	2.113	2.207
ICMS	-	-	923	650
Imposto de renda e Contribuição social	157	-	10.545	11.975
Obrigações previdenciárias	-	-	2.691	554
Outros	9	-	2.329	110
	183	11.432	48.246	60.419

Circulante	183	9.934	35.827	41.543
Não Circulante	-	1.498	12.419	18.876

(a) Os correspondem a tributos federais, parcelados diretamente na Receita Federal. **16. Provisões para demandas judiciais:** **16.1. Ativo contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes. **16.2. Provisões classificadas como perdas prováveis:** A Companhia e suas controladoras é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição. As Provisões compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos. Caso não seja provável que exista uma obrigação presente ou não seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, está-se diante de um passivo contingente, e não de uma provisão.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Processos Trabalhistas	-	212	6.886	27.415
Processos Cíveis (i)	-	369	32.028	40.691
Processos Tributários	-	-	7.799	7.130
Outros	-	-	9	-
	-	581	46.722	75.236

(i) Dentro do montante do saldo o maior valor corresponde a ação de cobrança movida por Saneamento de Goiás S.A. - SANEAGO em desfavor da coligada Corumbá Concessões S.A., distribuída em 16 de novembro de 2006, cujo pleito principal visava o ressarcimento/indenização de uma estação de captação de água bruta situada originalmente no Rio Corumbá e submersa pelo enchimento do lago da UHE Corumbá IV. SANEAGO sustenta que os prejuízos devidos pela Companhia eram de R\$ 24.021 mil, orçado em outubro de 2006. Perfazendo o valor da provisão em R\$22.229 mil. **16.2.1. Ações das controladas possíveis:** **16.2.1.1. Ações ambientais:** A Companhia é parte em ações de natureza ambiental, as quais tem como objeto, via de regra, discussões relativas à exigência feita pelo IBAMA- SP no processo administrativo ambiental, cuja execução está sob responsabilidade da Companhia. Atualmente, discuti nesta ação judicial ambiental o valor de R\$59mil em 31 de dezembro de 2023. A administração avaliou como "possível" a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente. **16.2.1.2. Ações cíveis:** A Companhia e as controladas são partes nas ações de natureza civil através do polo passível, as quais tem como objeto, geralmente discussões relativas a indenizações e execuções, cuja está sob responsabilidade da Companhia no montante de R\$76mil em 31 de dezembro de 2023. A administração avaliou como "possível" a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

17. Outras contas a pagar:	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Honorários	-	-	-	33.906
Adiantamento de clientes	-	-	60.589	36.758
Serveng Transportes	29.713	29.713	29.713	29.713
Outros	691	760	7.277	19.725
	30.404	30.473	97.579	120.102
Circulante	30.404	30.473	97.289	84.259
Não Circulante	-	-	290	35.543

18. Partes relacionadas:	Dividendos a receber (ativo circulante)		Dividendos a pagar (passivo circulante)	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2023	2022	2023	2022
Energia Renováveis	37.045	21.603	-	-
Mineração Barueri	-	3.406	-	-
Mineração Aparcida	-	-	-	-
Antecipação de dividendos	-	-	-	-
Acionista	-	-	10.013	26.095
Outras partes não acionistas	-	-	-	7.987
	37.045	25.009	10.013	26.095
	18.156	32.411		
Mútuo/contas a receber (ativo não circulante)	-	-	-	-
Mútuo/contas a pagar (passivo não circulante)	-	-	-	-
	34.348	22.087		

(a) Os saldos correspondem a valores a receber referente a mútuo com suas controladas, não havendo incidência de juros; **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Não houve remuneração à Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **19. Patrimônio líquido: (a) Capital Social:** O capital social integralizado de R\$1.188.457 mil em 31 de dezembro de 2023, está representado por 1.230.081 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e em valor nominal. **(b) Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais. Em 2023 o valor destinado foi de R\$10.540 mil e o saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$53.451 mil (R\$42.911 mil em 2022). **(c) Reserva Lucros:** O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R\$377.442 mil (R\$226.703 mil em 2022).

	2023	2022
Saldo inicial	226.703	160.359
Aumento em participação em controladas	-	9.145
Reversão de ajuste de avaliação patrimonial	-	35.203
Dividendos adicionais	(39.513)	-
Lucro líquido do exercício	190.252	21.997
	377.442	226.703

20. Receita líquida: Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

Consolidado	2023	2022
Receitas		
Receita de Bruta	1.010.155	1.010.833
Impostos sobre faturamento	(72.382)	(78.729)
Devoluções e cancelamentos	(383)	-
Receita líquida	937.390	932.104

As receitas da Companhia são reconhecidas por competência, pelas operações executada pelas controladas. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos. **21. Custos e despesas por natureza:** A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

Classificação por Natureza	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depreciação e amortização	-	(164)	(82.334)	(79.437)
Custo do produto vendido	-	-	(296.681)	(228.068)
Custo com mão de obra	-	-	(40.597)	(23.248)
Serviços de terceiros	(1.077)	(3.859)	(30.354)	(70.733)
Despesas com seguros	-	(68)	-	(68)
Despesas com pessoal	-	(100)	(24.723)	(64.291)
Despesas com serviços	(39)	-	(16.726)	(18.427)
Despesas tributárias	(723)	(212)	(5.766)	(16.419)
Despesas com arrendamento	-	-	(11.526)	-
Contingências	234	347	-	2.628
Centro de Serviços Compartilhados	-	-	(1.594)	(1.423)
Resultado de impairment	-	-	39.810	19.847
Ajuste de exercícios anteriores	1.529	-	573	-
Dividendos	3.538	-	3.538	-
Outras (despesas)/receitas líquidas	2.481	(9.527)	(45.979)	(141.925)
	5.943	26.227	(552.242)	(618.316)

Classificação por Função	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo do produto vendido	-	-	(469.846)	(496.926)
Despesas administrativas (i)	(1.614)	(7.103)	(114.322)	(118.388)
Outras receitas/(despesas) líquidas	7.557	33.330	31.927	(3.002)
	5.943	26.227	(552.242)	(618.316)

(i) Inclui a depreciação. **22. Receitas e despesas financeiras, líquidas:**

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4.831	3.982	35.478	31.359
Ganho na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	61.184	-	61.184	-
Juros recebidos	-	-	2.925	67
Descontos obtidos	-	-	692	510
	66.015	3.982	100.279	31.936

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Perda na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	-	(48.998)	-	(48.998)
Juros sobre empréstimos	-	-	(78.082)	(84.903)
Juros sobre arrendamento	-	-	(5.054)	(4.714)
Impostos sobre operações financeiras	(139)	(460)	(155)	(1.101)
Juros incorridos	(81)	(3.913)	(2.887)	(31.800)
Despesas bancárias	(474)	(516)	(684)	(1.168)
Outras despesas financeiras	-	-	(1.438)	(9.424)
	(694)	(53.887)	(88.300)	(182.108)
	(694)	(49.905)	11.979	(150.172)

23. Imposto de renda e contribuição social - corrente:	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo				
Imposto de renda e contribuição social diferida:				
Diferenças temporárias	-	-	(3.467)	(2.923)
Prejuízos fiscais	(38.565)	(39.065)	(118.958)	(116.739)
Total diferido ativo	(38.565)	(39.065)	(115.491)	(113.816)

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social diferida:				
Valor justo de investimentos e outros	-	-	-	-
ajustes de adaptação ao CPC	(78.785)	(60.780)	(82.033)	(48.524)
Exclusões temporárias de órgãos público	-	-	-	-
Outras exclusões e adições	9.459	12.256	10.595	(6.797)
Total diferido passivo	(69.326)	(48.524)	(71.438)	(55.321)
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	(21.302)	6.221	(19.127)	3.272

Demonstração de resultado corrente:	Controladora (a)		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Impostos de renda	(694.539)	-	(59.427)	(54.904)
Contribuição social	(258.674)	-	(25.469)	(23.531)
Imposto de renda e contribuição social	(953.213)	-	(84.896)	(78.435)

24. Instrumentos financeiros: A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **24.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos

recebíveis de clientes. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa.

24.2. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	35.247	-	-

24.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **24.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2023 a exposição máxima é de R\$623.603 no consolidado e R\$17.813 na controladora (R\$607.089 no consolidado e R\$1.759 na controladora em 2022) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **24.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **24.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.786	22.188	2.786	22.188
Aplicações financeiras	265.115	180.215	265.115	180.215
Contas a receber	306.772	327.478	306.772	327.478
Outras contas a receber	48.930	77.208	48.930	77.208
Total	623.603	607.089	623.603	607.089

Passivos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores	35.247	78.489	35.247	78.489
Dividendos a pagar	18.156	32.592	18.156	32.592
Outras contas a pagar	97.579	120.102	97.579	120.102
Total	150.982	231.183	150.982	231.183

- Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. **24.7. Instrumentos financeiros por categoria:**

Consolidado	Empréstimos e recebíveis		Valor custo justo por meio do resultado		Custo amortizado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	2.786	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	265.115	-	-	-
Contas a receber	306.772	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	48.930	-	-	-	-	-
Total	358.488		265.115			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores da **Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A., e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de